

**ENTRE LIMITES:
Dos desafios do trabalho de campo – algumas notas e reflexões**

***AMONG LIMITS:
The challenges of fieldwork - some notes and reflections***

Camilla Iumatti Freitas

Cientista Social (UFPE). É aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas.

RESUMO. No presente artigo proponho realizar breve discussão a partir da minha experiência como técnica do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República onde atuei entre os anos de 2012 a 2014. A partir da análise sobre o papel da Antropologia no trabalho institucional busco relacionar notas de bordo pessoais com os caminhos que percorri na atuação profissional para aplicar uma metodologia de trabalho que se aproximava do campo antropológico. Com isso, procuro trazer neste texto reflexões sobre limites pessoais e profissionais aos quais nos deparamos no trabalho de campo institucional, entendendo-o como espaço de construção coletiva, onde sentimentos e emoções são intangíveis e excedem os limites teóricos.

PALAVRAS-CHAVES: Trabalho de Campo. Direitos Humanos. Políticas Públicas. Limites. Desafios.

ABSTRACT. In this article I propose to conduct a brief discussion based on my technical experience in the Program for the Protection of Human Rights Defenders of the Human Rights Secretariat of the Presidency of the Republic where current between the years 2012 to 2014. From the analysis on the role of Anthropology in institutional work, I seek to relate personal notes with the paths that I went through in the professional performance to apply a methodology of work that approached the anthropological field. I try to bring in the text reflections on time limits It is not institutional fieldwork, understood as a space of collective construction, where feelings and emotions are intangible and exceed theoretical limits.

KEYWORDS: Fieldwork. Human rights. Public Policies. Limits. Challenges.

INTRODUÇÃO

Pautada pela minha experiência dentro do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH - da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, onde atuei nos anos de 2012 a 2014, pretendo aqui realizar uma concisa reflexão sobre a atuação do antropólogo num ambiente institucional levando em consideração seus limites pessoais e profissionais.

A partir da discussão que situa o paradigma da etnografia e do lugar de fala do pesquisador é importante contextualizar minha experiência de atuação profissional. Durante dois anos – de 2012 a 2014 – atuei como socióloga prestadora de serviço¹ para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (SDH/PR), programa que compõe o sistema de proteção desta secretaria ministerial. A SDH/PR, que à época tinha status de ministério, com seu orçamento ligado ao Ministério da Justiça, tinha uma estrutura organizacional composta por quadros comissionados e efetivos remanejados de outros ministérios². Para suprir parte da sua demanda de profissionais, a SDH/PR comumente assinava convênios com ONGs para prestação de serviços, como meu caso.

Na atividade institucional, boa parte de suas ações eram submetidas à aprovação da sociedade civil organizada através de representantes que compunham coordenações nacionais. Esse era o caso do PPDDH, que tinha sua coordenação nacional paritária, na qual eram submetidas as deliberações de inclusão, exclusão e discussões de cada caso apresentado pela Equipe Técnica Federal a qual eu fazia parte.

A rede de proteção da SDH/PR é composta por três programas: o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA), o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçada de Morte (PPCAAM) e o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). O PPDDH tem como escopo principal dar cabo às violências vivenciadas por defensores e defensoras de direitos humanos que, por promoverem e/ou defenderem tais direitos, sofrem algum tipo de ameaça, como retaliação de denunciados por esses militantes.

¹ O meu vínculo empregatício era com uma Organização Não Governamental (ONG) que prestava serviços à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

² Na época em que fui vinculada à SDH, era essa sua estrutura, porém a mesma foi modificada após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (2016).

Assim, o trabalho realizado pela Equipe Técnica Federal (ETF³) tinha como objetivo subsidiar as decisões da coordenação nacional através de pareceres e relatórios técnicos de atendimentos dos/das requerentes. Esses relatórios eram elaborados, em geral, após visita *in loco* nos locais onde militavam os/as defensores de direitos humanos e tinha como objetivo a observação e confirmação do nexos causal entre a ameaça ou violação de direitos humanos e a atuação do/da defensor/a de direitos humanos, ou seja, era averiguada se a ameaça e/ou violação estava ocorrendo em decorrência da atuação do/a militante.

Além disso, eram observadas questões como rede de apoio, risco iminente, violações de direitos humanos à comunidade representada pelo/a defensor/a, entre outras questões que só a ida *in loco* poderia revelar, motivo pelo qual a contratação de um/uma profissional de Ciências Sociais era relevante para esse olhar sobre características sociais e culturais que o campo, aqui definido como lócus onde atuavam os/as defensores, poderia trazer.

Este trabalho institucional me levou a realizar reflexões teóricas do campo da Antropologia, tendo em vista que a minha atuação se dava a partir de incursões para análise de situações de risco demandadas por lideranças que atuavam na defesa dos direitos humanos⁴ e a emissão de pareceres técnicos que me exigiam um respaldo teórico vigoroso que pudesse ser capaz de justificar as decisões a serem tomadas pela coordenação do PPDDH. Portanto, ainda que no meu contrato constasse que eu era ali socióloga, na minha atuação busquei concatenar a minha experiência vivenciada com os elementos teóricos da Antropologia como forma de realizar o “olhar, ouvir e escrever” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) como método do trabalho antropológico.

³ A ETF era responsável por todos os estados que não tinham equipe estadual, naquela época restrita aos seguintes estados da federação: Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro (que no decurso de minha atuação fora desvinculado, passando a responsabilidade para a ETF) e Rio Grande do Sul. No estado do Pará também ocorreu a desvinculação da equipe estadual e o remanejamento dos casos para a ETF.

⁴ De acordo com procedimentos do PPDDH entre os anos de 2012 e 2014, as medidas protetivas eram articuladas após visitas no local de atuação do defensor ou da defensora e compreendiam: realização de audiências públicas de solução de conflitos, divulgação do trabalho da defensora ou do defensor, articulação com órgãos envolvidos na solução das ameaças, acompanhamento das investigações e denúncias, retirada provisória da defensora ou defensor do seu local de atuação e proteção policial, estas últimas somente em casos excepcionais de risco iminente.

Embora a minha atuação fosse institucional, foi a partir dela que extraí parte das minhas primeiras referências de campo, aqui referido ao campo de pesquisa, e foi ela quem me deu a noção de como esse campo, elemento preponderante no fazer antropológico, envolve uma gama de negociações e ressignificações que muitas vezes ultrapassam os próprios limites do antropólogo.

James Clifford, em “Sobre a Autoridade Etnográfica”, traz a ideia da alegoria etnográfica como uma “representação que ‘interpreta’ a si mesma” (CLIFFORD, 2002, p.65), porém ele alerta sobre a tendência enraizada da “etnografia de resgate” (CLIFFORD, 2002, p. 84), que seria essa etnografia urgente de resgatar culturas supostamente em desintegração. De acordo com o autor:

Questiono, no entanto, a suposição de que com uma mudança rápida, algo essencial (a “cultura”), uma identidade diferencial coerente desapareça. E questiono também a modalidade de autoridade científica e moral associada à etnografia de resgate ou de redenção. Assume-se que a outra sociedade é fraca e “precisa” ser representada por um estranho (e o que importa em sua vida é seu passado, e não seu presente e futuro). (CLIFFORD, 2002, p. 84).

Portanto, farei aqui o exercício de me voltar para a experiência prática e institucional para trazer as minhas percepções, que envolviam medo, encantamento, frustrações, conflitos, entre outros sentimentos que emergiam a cada ida *in loco* como profissional da área de Ciências Sociais, assumindo, portanto, a personificação do Estado para lideranças que atuavam na defesa dos direitos humanos e que estavam em situação de ameaça.

Nesse sentido, lançarei meu olhar sobre algumas notas pessoais de bordo⁵, que à época não tinham o objetivo de estar situadas com o fazer antropológico, mas que me aproximaram da Antropologia e ao mesmo tempo me fizeram refletir, à luz do que Roy Wagner (2012) nos ensinou, sobre o desafio de reinventar a minha própria cultura. Neste artigo irei descrever e problematizar três experiências vivenciadas neste trabalho institucional, uma em Rondônia junto à etnia Paiter Suruí e duas no Mato Grosso do Sul,

⁵ Usarei esse termo para definir algumas notas que compartilharei ao longo do texto, as notas assemelham-se com notas de campo, comumente extraídas de diários de campo de antropólogos/as, porém como minha atuação ali era institucional, utilizarei esse termo para distinguir idas *in loco* (atividade que eu realizava em minha atuação) de campo (atividade comum da etnografia). As notas extraídas do meu diário de bordo estarão ao longo do texto entre aspas e em itálico.

junto aos Terenas e aos Guarani Kaiowá, que marcaram definitivamente minha aproximação com a Antropologia.

SOBRE EXPECTATIVAS E FRUSTRAÇÕES: O LIMITE DO CONHECIMENTO TEÓRICO CONFRONTADO PELA PRÁTICA

O meu primeiro trabalho *in loco* se deu através de uma demanda solicitada por uma liderança indígena da etnia Paiter Suruí para analisar o andamento da sua proteção. A liderança indígena recebia escolta 24 horas da Força Nacional em virtude da consideração da equipe que me antecedeu de que havia em sua atuação um risco iminente de morte perpetrada por ameaças atribuídas a madeireiros locais que vislumbravam o desmatamento em áreas indígenas.

Foi então que a equipe técnica federal foi acionada para o monitoramento das ações e observação da pertinência de ser mantida a escolta, visto que, de acordo com os procedimentos do PPDDH, essa medida protetiva – escolta policial – deveria ser provisória. Nesse sentido, compus a equipe que foi até Cacoal, município de Rondônia, a 480 km da capital Porto Velho/RO.

"O encantamento pelo novo me deixou ansiosa. No teco teco observo a riqueza do nosso país. Onde a vista alcança e para lá mais um pouco, avisto mata, rio e estradas. Um misto de verde, marrom avermelhado e azul. Bonito de se ver. Alguns lugares da janela pude observar matas que de tão fechadas tinham tom verde escuro, quase preto (...). Os focos de desmatamento assemelham-se com uma pintura descascada."

Foi assim que iniciei minha experiência com povos indígenas no trabalho institucional a que me propunha. Era 01 julho de 2012, foi a minha primeira missão⁶ através do PPDDH. De acordo com seus objetivos:

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH – regulamentado pelo decreto nº 6.044 de 12 de fevereiro de 2007 surgiu a partir de uma demanda da sociedade civil que na Comissão Interamericana de Direitos Humanos participou da formulação do Relatório sobre a situação das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos nas Américas em 2006, onde fora identificada a necessidade de resguardar a integridade física e moral de defensoras e

⁶ As idas *in loco* realizadas pela equipe a qual eu fazia parte eram denominadas ‘missões’, talvez um resquício de um período missionário colonial de prestação de ajuda ou ‘salvação’ de minorias por parte da igreja ainda muito presente na ação institucional.

defensores de direitos humanos que em função dessa defesa estejam em situação de risco e ameaça. (FREITAS, 2013, p. 161)

O aeroporto de Cacoal só tinha uma pista de pouso e seus limites eram demarcados por uma cerca de arame farpado. Cacoal se mostrou para mim uma cidade charmosa, embora muito pequena, e até então desconhecida. E isso era ainda mais instigante. “*O novo me mobiliza. O novo me faz querer fazer o melhor de mim*”. Mas o que mais me instigava era a ansiedade de, pela primeira vez naquele programa, tratar da pauta indígena. Eram os Suruí, povo de contato recente, cujos contatos oficiais com a sociedade nacional remontam a 1968. O povo tinha como líder máximo Iratemar⁷ Suruí, liderança indígena de grande projeção internacional, uma pessoa muito articulada politicamente e à época em situação de ameaça de morte por sua militância na defesa do meio ambiente e dos povos indígenas.

“Iratemar veio ao hotel nos encontrar com o pessoal da Força Nacional, que faz a escolta dele 24 horas, nos convidou para um almoço, aceitamos prontamente. Iratemar é uma simpatia. Falei muito do meu pai pra ele, o fascínio pela cultura indígena é a maior herança que meu pai me deu. A saudade potencializou ainda mais essa vontade de que ele participasse daquele momento tão importante na minha vida. Falei tanto do meu pai pra Iratemar, que meu pai ganhou um colar de líder do povo Paiteer Suruí. Além de um telefonema do líder máximo dos Suruís, o que o emocionou bastante. O colar e a lembrança da conversa, meu pai guarda com muito carinho e respeito.”

A minha total inexperiência prática no assunto me fez ter um preciosismo nos atendimentos, nos detalhes e no levantamento das informações. Lidar com a prática que vai além daquilo que lemos nas teorias antropológicas a partir das experiências dos grandes teóricos da disciplina foi meu primeiro desafio.

De acordo com Andrea Lobo (2016), aliar a teoria e a prática é o exercício que devemos estar conscientes ao compor o ‘olhar antropológico’ e que faz com que haja fluidez entre as fronteiras do antropólogo/a pesquisador/a acadêmico/a e o/a profissional de Antropologia atuando numa instituição. Era essa fronteira que ainda não estava muito óbvia para mim, e entendê-la foi uma construção.

⁷ Todos os nomes de pessoas citadas neste artigo são pseudônimos com vistas a resguardar a intimidade dos mesmos/as. Os pseudônimos estarão sinalizados em itálico.

No início, as minhas idas *in loco* estavam permeadas pelo deslumbramento, floreios e romantismos, que só posteriormente consegui transpor. Eu havia aprendido na graduação que a experiência de campo nos faria romper a nossa zona de conforto e eu estava empenhada nisso. Porém, estas incursões diferiam muito da imersão no campo, proposta por Malinowski (1978), para consagrar a metodologia que guia a Antropologia até os tempos atuais: a observação participante. De acordo com James Clifford (2002),

A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um ‘desarranjo’ das expectativas pessoais e culturais. (CLIFFORD, 2002, p. 20)

As minhas idas *in loco* enquanto equipe técnica de um programa federal eram rápidas, pontuais e com propósitos objetivos (averiguar situação de ameaça, perceber nexos causais entre ameaça e militância etc.) e isso frustrava em parte os meus anseios antropológicos. Porém, era exatamente esse olhar antropológico que seria o diferencial da minha atuação naquela equipe técnica, posto que me dava as ferramentas para desenvolver uma atuação com uma perspectiva diferenciada, em consonância com Lobo (2016), para quem a combinação entre teoria e prática trazia à tona “os elementos mais básicos da formação antropológica – estranhamento, alteridade, contextualização, relativização (...)” (LOBO, 2016, p.121), os quais me subsidiaram naquele trabalho técnico, proporcionando o “desarranjo” (CLIFFORD, 2002, p. 20) das minhas expectativas.

Era esse desarranjo que eu passei a lidar a cada ida *in loco*, tendo em vista as diversas realidades com as quais fui me defrontando ao longo da minha atuação. Foi a partir de cada experiência prática que fui resignificando os conhecimentos teóricos até então acumulados de maneira tão abstrata, assim como fui “reinventando a (minha) própria cultura” (WAGNER, 2012, p. 31) numa relação dialógica com as realidades que me defrontava.

Aos poucos, fui imergindo no tema e em pouco tempo me tornei a técnica de referência da questão indígena, título que inicialmente me incomodava, pois eu

considerava que poderia limitar minha atuação dentro daquele programa que atendia demandas de diversas lideranças que atuavam noutras áreas de militância⁸.

Tal associação entre Antropologia e questão indígena é trazida também no trabalho de campo de André Gondim do Rego (2007) que discutiu em sua tese de doutorado a prática de analistas em Antropologia no âmbito do Ministério Público Federal. Analisando os relatos o autor nos traz que, “há época do primeiro concurso [para analista em Antropologia do MPF], (...), o tipo de demanda que a PGR imaginava para tais analistas estava totalmente vinculado à questão indígena” (REGO, 2007, p.98, grifo meu). Fato este que fora comprovado na minha prática institucional.

De acordo com Silva (2008), o interesse do mercado de trabalho na contratação de profissionais de Antropologia seria exatamente a postura de mediação que viria do “constante exercício desnaturalizador, constitutivo do fazer antropológico” (SILVA, 2008, p.15). Reflexão semelhante faz Lobo (2016) ao concluir que o que levaria algumas instituições a contratar um antropólogo seriam “as questões diferenciadas que este profissional pode apresentar ao universo social, uma capacidade crítica e reflexiva que é inerente ao olhar que é construído tanto no ato de apreender a teoria antropológica quanto de desafiá-la por meio do fazer etnográfico.” (LOBO, 2016, p. 121).

Talvez a habilidade com que eu conseguia relativizar algumas questões a partir das teorias antropológicas apreendidas me levou a esse ‘posto’ que me causava no início certo desconforto. Assim, a identificação com o tema (a questão indígena), somado com um conhecimento um pouco mais especializado que me fazia refletir sobre questões interétnicas, já que eu era a única profissional das Ciências Sociais na equipe, me levavam para um caminho inegável para compreender e quiçá mediar as questões que dali emergiam: disputas territoriais, degradação do meio ambiente em terras indígenas, entre outras questões. Pelo menos era essa a expectativa que em mim era depositada.

Ser a única profissional das Ciências Sociais gerava alguns conflitos internos na equipe, tendo em vista que muitas vezes a própria coordenação não entendia ao certo o tipo de atuação que uma/um profissional desta área deveria ter, e muitas vezes até eu tive dúvidas.

⁸ As lideranças que eram demandadas para atendimento no PPDDH atuavam em diversas áreas de militância, porém, à época do meu trabalho, para fins de controle de dados, limitamos em áreas onde cada liderança deveria ser incluída, ou seja, cada liderança demandada deveria atuar em defesa de/da: terra, povo indígenas, povos quilombolas, povos ribeirinhos, extrativistas, mulheres, LGBT, combate às milícias e/ou abuso policial, meio ambiente, entre outras.

Lidar com essa relativa “solidão” no campo institucional me fez refletir diversas vezes em como eu conduzia as tarefas que eram ajustadas a cada nova ida *in loco*, a cada situação diferente que surgia. Reflexão semelhante sobre o trabalho de campo entre antropólogas nos trouxeram Bonetti e Fleischer (2007):

Lembro dos ensinamentos de um professor de graduação que dizia que não há como ensinar a fazer campo; a gente aprende fazendo. Na época, eu fiquei muito perturbada com essa idéia. Para uma neófita, recém ingressa na Antropologia, aquele conselho parecia tirar todo meu chão. Só depois eu entendi que a riqueza da Antropologia parece ser justamente o seu caráter experimental e artesanal. Mas não precisamos nos sentir tão sozinhos. Quer dizer, ler e conhecer outras experiências de campo nos ajuda a formar um repertório de possíveis e prováveis saídas justas e jogos de cintura. (BONETTI; FLEISCHER, 2007, p. 20).

Porém, muitas eram as situações em que senti falta de dialogar diretamente com algum profissional das Ciências Sociais que pudesse dividir comigo as impressões, angústias e descobertas trazidas pelo campo, ainda que esse campo fosse definido como campo institucional.

O fato de escassos profissionais da área de Ciências Sociais atuarem em ambientes institucionais que não seja o acadêmico poderia ser uma resposta a essa dificuldade de entendimento de como podemos contribuir numa equipe inter ou multidisciplinar. Tal hipótese parece ser comprovada pelos relatos trazidos por Rego (2007), o qual destaca a fala de uma de suas interlocutoras: “O que me estranha é as pessoas se surpreenderem de ter antropólogos trabalhando em instituições não-acadêmicas” (REGO, 2007, p. 90), embora esse rompimento de fronteiras, conforme reflexão trazida por Lobo (2016), ou de muros por Silva (2008), não seja um fato recente.

Nesse sentido, assim como as/os analistas em Antropologia do MPF tiveram que “‘aprender’ a ‘ensinar’ o que a antropologia era capaz de oferecer naquele contexto” (REGO, 2007, p. 98), também provoquei algumas reuniões para explicitar como eu poderia atuar naquela equipe tão diversa e que muitas vezes não compreendia o que alguém das Ciências Sociais poderia contribuir naquele trabalho que se propunha multidisciplinar.

As discussões levaram ao convencimento por parte da coordenação da importância de ter mais uma/um técnica/o das Ciências Sociais. Em 2013, outro colega da área fora contratado, porém à época sua maior responsabilidade era no tratamento do

banco de dados (que fazia certo sentido, já que a vaga era para socióloga/o, que em geral tendem a ter um pouco mais de intimidade com processamento de dados quantitativos), e isso na prática me deixou igualmente sozinha.

Dessa maneira, fui assumindo os desafios de atuar numa equipe formada por psicólogos/as, advogados/as e assistentes sociais e aos poucos fui definindo meu espaço, como cientista social, focada na construção metodológica da Antropologia. Foi dessa maneira que passei a ser delegada cada vez mais intensamente para demandas que envolviam a pauta indígena, sendo o Mato Grosso do Sul destino constante de empreitadas em campo⁹.

*EPUKÁ*¹⁰! SOBRE COMO INAUGUREI A MINHA EXPERIÊNCIA JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL

A primeira demanda que fui acionada para atender no Mato Grosso do Sul não se tratava explicitamente de uma ameaça direta a alguma liderança indígena, mas sim o cumprimento de uma pauta política que a coordenação não poderia cumprir. Assim, fui para a Assembleia do Povo Terena, em Miranda, no Mato Grosso do Sul, que embora não fosse atribuição direta da ETF, poderia qualificar minha atuação na equipe já que numa assembleia geral é possível situar o panorama contextual do que se passava com algumas dessas lideranças, que eram demandadas para inclusão no PPDDH.

“Estamos em busca do bem viver dos povos indígenas.’ Foi o que falou Juraci, liderança Terena de destaque entre eles. A Assembleia me fez lembrar da minha época de movimento estudantil, o formato era muito parecido. Já os relatos, a maioria trazia a violência institucional e direta como mote”.

No dia 15 de novembro de 2012 cheguei ao estado do Mato Grosso do Sul. Na ocasião aproveitamos, eu e a advogada da equipe, para realizar alguns atendimentos a lideranças que estariam em situação de ameaça. Cabe destacar que o Mato Grosso do Sul concentrava 35% da pauta indígena atendida pela Equipe Federal do PPDDH. Em abril de 2014, 11 lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul eram incluídas no PPDDH, de um universo total de 32 lideranças indígenas de todo país¹¹.

⁹ À época, o Mato Grosso do Sul demandava muito a ETF para dar conta da pauta indígena, que ali assumia a principal pauta daquele estado. Para saber mais vide Freitas, 2013.

¹⁰ *Epuhá* em Guarani significa sorria. Utilizei esse termo como forma de expressar a existência persistente de esperança dos povos indígenas mesmo em situações sub-humanas.

¹¹ De acordo com o acompanhamento da equipe federal, tais lideranças sofriam as mais diversas formas de violência e violação por defenderem a autodeterminação do seu povo, levantadas pela Equipe Federal

No feriado da Proclamação da República, fui escalada para acompanhar a II Assembleia dos Povos Terenas, na cidade de Miranda, a 200 km de Campo Grande/MS. Na assembleia, que teve duração de dois dias, a principal pauta foi a violência vivenciada por lideranças que se faziam ali presentes. Dentre os relatos, a violência institucional, em especial a falta de acesso a serviços básicos, era um dos temas mais presentes, afetando assim toda a comunidade indígena representada por seus líderes.

O Mato Grosso do Sul está situado no Centro-Oeste brasileiro, dividido em 79 municípios. Segundo os dados do Censo de 2010 do IBGE (BRASIL, 2012), o Mato Grosso do Sul ocupa o segundo lugar de população autodeclarada indígena das Unidades Federativas, concentrando 73.295 pessoas que se autodeclararam indígenas, o que representa 3% da população estadual. Em âmbito nacional, o estado concentra 9% da população autodeclarada indígena do país, ocupando o terceiro lugar, abaixo de Roraima (11% da população relativa no estado e 6,1% da população relativa do Brasil) e do Amazonas (4,8% no estado e 20,6% do Brasil).

Os dados do IBGE revelavam ainda que o Mato Grosso do Sul, além de superar a proporção nacional de participação relativa da população indígena, que no país é de 0,4% da população total brasileira, tem um peso expressivo frente às fronteiras econômicas. Segundo o relatório preliminar do IBGE:

O numeroso quantitativo de indígenas em estados de ativa fronteira agropecuária modernizada, como Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e naqueles de ocupação consolidada, como Bahia, Pernambuco e São Paulo, reafirma que, além de ser uma dimensão central da geopolítica de ocupação/preservação da Amazônia e do Brasil Central, a população indígena possui uma expressão não só cultural, mas até mesmo numericamente significativa. (BRASIL, 2012, p.11)

Este peso expressivo quanto a sua atuação em fronteiras econômicas, que conta com vastas áreas de terras concentradas para o crescimento do agronegócio, parece ter relação direta na morosidade dos processos de demarcação e homologação das terras indígenas do estado. Não obstante, o modelo desenvolvimentista relega às populações

através das idas in loco em busca de evidências e relatos. Após esse levantamento, a equipe técnica produzia relatórios e pareceres que eram submetidos à Coordenação Nacional do PPDDH. Para saber mais, vide Freitas, 2013.

tradicionais o papel de “travar” o crescimento nacional. Ao que Boaventura de Sousa Santos (2013) considerou:

Este modelo desenvolvimentista é voraz no que diz respeito à terra e território. Mesmo num país com forte base industrial, como o Brasil, o dinamismo econômico está na reprimarização da economia com consequências que só a longo prazo poderão ser avaliadas. Esta voracidade facilmente transforma os povos indígenas em obstáculos ao desenvolvimento (SANTOS, 2013, p. 102).

No mesmo texto, Boaventura de Sousa Santos cita o exemplo dos povos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, que segundo ele são vítimas constantes da relação ambígua do Estado brasileiro “que ora demarca terras, ora solicita reintegração de posse em favor dos fazendeiros” (SANTOS, 2013, p. 102). Nesses constantes litígios de reivindicação de posse sobre terras consideradas indígenas, muitos conflitos territoriais acarretavam em ameaças, assassinatos e supressão de direitos humanos na localidade. Foi nesse contexto que fui à Pyelito Kue, *tekoha*¹² dos Guarani Kaiowá em Iguatemi/MS para atender a uma demanda de proteção acompanhada pelo antropólogo do Ministério Público Federal do MS.

As demandas solicitadas para ingresso no PPDDH poderiam advir de qualquer pessoa, órgão ou instituição. A depender das intervenções realizadas *in loco*, era comum que a Equipe Federal do PPDDH fizesse articulações com instituições jurídicas, de segurança pública ou outros órgãos que pudessem viabilizar nossa ida a campo. No caso de Pyelito Kue, nossa ida deu-se através de uma solicitação de um frei muito atuante na região que também sofria ameaças e era incluído no PPDDH por sua militância em defesa dos Povos Indígenas e tal solicitação foi na presença do próprio antropólogo do MPF, motivo pelo qual o mesmo nos acompanhou.

“Ao chegar à margem do rio, Iranete, que nos acompanhava, filha do Sr. Amaro, fez um barulho com a boca, quase um grunhido num tom alto, ao que outro semelhante saiu de dentro da mata do lado oposto do rio, era a resposta. Instantes depois, crianças, adultos e idosos, margearam o rio para nos esperar. Um senhor aparentemente bem idoso atravessou o rio a nado com um bote inflável na cabeça, era nele que atravessaríamos para chegar à Pyelito”.

¹² *Tekoha* significa terra ou território pertencente aos indígenas Guarani Kaiowá, melhor definido por Mura (2006) e Silva (2007).

No final do ano de 2012 uma carta da liderança indígena, Sr. Amaro, da etnia Guarani Kaiowá, em que o mesmo reivindicava o direito de usufruto da *tekoha* Pyelito Kue, na cidade de Iguatemi/MS, foi amplamente divulgada pela sociedade civil. Num trecho da carta, Amaro cita “decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbrakay”¹³. Tal declaração provocou comoção social e uma falsa interpretação de possível suicídio coletivo, posteriormente desmentido pela própria liderança.

A comoção social repercutiu em massiva mobilização de órgãos de apoio à questão indígena em âmbito nacional e internacional, inclusive com forte atuação do PPDDH, o que provocou a suspensão do pedido de reintegração de posse em favor do fazendeiro que reivindicava para si a área pantanosa de um hectare a qual os indígenas Guarani Kaiowá chamavam de *tekoha* PyelitoKue/Mbrakay.

O crioulo entre português, castelhano e guarani falada na região, Pyelito Kue significa algo como “lugar onde ficava o pequeno povoado” e faz referência a uma área reivindicada como de ocupação tradicional Guarani Kaiowá às margens do rio Hovy, no município de Iguatemi (MS), quase fronteira com o Paraguai. Expulsos pelos colonos entre as décadas de 1940 e 60, os indígenas desse “pequeno povoado” foram levados forçosamente para as reservas indígenas de Sassoró, Limão Verde, Amambai e Taquapiry, criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio para receber os que iam sendo despejados no processo de “liberação de terras” para a ocupação da região. (MORAIS, 2014)

Porém, mesmo com a suspensão da reintegração de posse para o fazendeiro, em março de 2013 estive em Pyelito Kue e me deparei com crianças sem acesso às escolas, tendo em vista que para chegar à comunidade eles tinham que atravessar o rio Hovy, restando quase que completamente isolados, dado o processo de litígio ali presente. Além disso, aquela comunidade estava submetida a severo processo de insegurança alimentar, tendo em vista que a área pantanosa não facilitava o plantio e cultivo de alimentos.

“Fiquei muito impressionada quando notei que todas as crianças apresentavam cabelos descoloridos nas pontas, ao que fui cientificada pelo antropólogo do Ministério Público Federal que nos acompanhava, que aquela descoloração resultava de um severo processo de desnutrição. Mesmo assim, ao posar para foto conosco, uma das crianças

¹³ Trecho retirado do site: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6553> (visualizado em 28/05/2014).

gritou Epuká, e um coro se fez ouvir Epuká! Não sei como, mas elas encontravam um motivo pra sorrir. E desde então encontrei o motivo pra seguir.”

Mesmo sabendo que representava uma secretaria governamental, naquele momento percebi os limites da minha atuação institucional e como antropóloga, apesar dos esforços empreendidos (ofícios para órgãos que pudessem resolver a questão da insegurança alimentar e demais faltas ali presentes), eu não tinha condições de resolver por definitivo aquela questão.

Igualmente no fazer antropológico constata-se que temos que lidar muitas vezes com situações em campo que nos fazem deparar com a nossa incapacidade de ação, essa constatação se mostrou um grande constrangimento para mim, que entendi que o campo se esgotava em si mesmo e que encarar a experiência como algo épico não passaria de uma nostalgia de uma etnografia de redenção (CLIFFORD, 2002, p. 84).

Até então eu não havia pensado muito a respeito da etnografia engajada, porém, aprendi com essa experiência que o campo muitas vezes nos traz uma noção de impotência. Concluí que, independente de todos os debates no centro da Antropologia entre relativismo vs. universalismo, para citar o mais persistente, foi naquele momento que percebi que um aspecto jamais poderia ser relativizado por mim: a fome.

Segundo Lobo (2016) “o compromisso não está no tema ou no lugar, é exatamente a interface do compromisso social com o compromisso do conhecimento que torna possível que as fronteiras sejam fluidas” (LOBO, 2016, p.122), e para mim naquele dia eu pude perceber a fluidez da fronteira entre a Antropologia acadêmica e a institucional se intercambiando diante de mim.

O RISCO DO IMPONDERÁVEL

Na mesma ocasião da visita à Pyelito Kue, eu e duas técnicas, uma psicóloga e outra advogada da ETF, tínhamos sido acionadas para atender uma demanda de urgência após o assassinato de uma criança Guarani Kaiowá. A coordenação geral solicitou que fôssemos antes da comitiva da SDH, que seria composta pela coordenação geral do PPDDH, a coordenação geral do PPCAM e a Ouvidoria de Direitos Humanos, que chegaria no dia seguinte à nossa ida. Ali, seríamos as pessoas que iriam apaziguar a situação. Esse papel de mediar conflitos a que se referiu Silva (2008) parecia se fazer

presente constantemente na minha atuação, nesse caso não foi diferente, mas o desfecho quase não foi como o esperado.

“As pinturas corporais dos indígenas em preto e vermelho denunciavam que a tensão estava grande. Fomos levados para uma espécie de vale, onde fizemos a dança que nos permitiria a “entrada” naquele tekoha, estranhei o fato de estarmos sendo cercadas, mas achei que fosse algum ritual fúnebre, já que estávamos rodeando o túmulo da criança. Mal sabíamos que estávamos mesmo sendo encurraladas com flechas e arpões apontados em nossa direção. Ficamos ali sob o sol durante três ou quatro horas. Ali perdi a noção do tempo. Ali perdi a noção de muita coisa. Nem sei se realmente entendi até agora o que estava prestes a acontecer. 200 ou 300 indígenas indignados com a morte de uma criança. Eu, Clara e Luna com mais quatro policiais¹⁴ tentando explicar que estávamos ali como aliados, não como inimigos. Percebi que o perigo poderia ser real quando Iran começou a falar em guarani e começou a chorar. Estávamos acuados. Matar sete agentes do estado, nós três mais quatro policiais, traria muitas repercussões e uma visibilidade enorme para a pauta por eles reivindicada. Se eles tinham de fato essa intenção, nunca vou saber, mas pela primeira vez me senti insegura”.

Era fevereiro de 2013, viajamos de Brasília ao Mato Grosso do Sul de emergência, com a escolta de quatro policiais para atender a demanda reivindicada pelas lideranças Guarani Kaiowá após o assassinato de uma criança. A escolta, que geralmente tínhamos pela Polícia Rodoviária Federal, nos garantiria logística de transporte e segurança contra possíveis investidas de pessoas interessadas em impedir nosso trabalho – fato muito comum na nossa atividade cotidiana, já que envolviam muitos interesses econômicos e políticos.

Era pouco comum realizarmos alguma viagem sem escolta policial, uma vez que nosso trabalho previa risco iminente. Alguns casos eram discutidos brevemente com os policiais, mas em geral não nos aprofundávamos com vistas a evitar alguma interferência em nossas atividades. Mesmo assim, nunca nos demos conta ao certo que um dia poderíamos precisar dessa segurança na forma mais estrita do termo. Por sorte, nessa ocasião não precisamos.

¹⁴ Como dito, em geral a equipe federal fazia articulações institucionais para as idas *in loco*, a depender de cada caso. Tais articulações muitas vezes previam a ida com escolta das Polícias Federais - Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

A descontinuidade na demarcação territorial provocava comumente o tensionamento entre lideranças indígenas locais e produtores rurais/fazendeiros. Naquela situação, essa tensão provocou a morte de um adolescente (tido pelos indígenas como criança) e um fazendeiro era apontado pelos indígenas como o autor do crime. Apesar de legítima a revolta por parte daquelas lideranças indígenas, foi nesse episódio que entendi sobre o processo de negociação construtiva que circunscreve o campo, que embora ali não fosse meu objeto de pesquisa, eram aquelas vivências que subsidiavam meu futuro interesse de pesquisa antropológica.

Referido por James Clifford em seu texto “Sobre a autoridade Etnográfica” (2002), o processo de negociação construtiva envolve negociações muitas vezes intangíveis e que podem nos colocar em risco. Segundo o autor, “torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma ‘outra’ realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva, envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais sujeitos conscientes e politicamente significativos” (CLIFFORD, 2002, p. 43).

Na universidade não estamos habituados a lidar com a noção de insegurança que o campo de pesquisa pode nos oferecer; pelo contrário, muitas vezes parece épico contar que “negociei minha vida” com duas ou três centenas de índios que estavam legitimamente lutando por seus direitos. Porém, mesmo entendendo a importância de colocar em cheque os meus (pré)conceitos sobre os contextos que nos são trazidos a partir do campo de pesquisa antropológico, buscando exercer a alteridade em minha atuação como etnógrafa (que emergiria posteriormente), ali o que estava em cheque era a minha segurança, e naquele momento considerei que ela também não poderia ser relativizada.

Mesmo ciente de que o campo pode nos oferecer o imponderável a que se referiu Malinowski (1978), eu não o havia dimensionado com tamanha magnitude e esse fato me fez refletir sobre as noções de risco e segurança que não são mencionados na academia, mas que, por vicissitudes diversas, são condições que podem surgir, como o que acabou me ocorrendo naquela tarde de fevereiro, mesmo que minha atuação não fosse como etnógrafa, mas sim como uma agente de estado munida de metodologias de trabalho sugeridas pela Antropologia.

Nesse sentido, considerar a existência do perigo, de risco e inseguranças, pode nos oferecer um olhar de respeito, que difere do medo, mas que nos torna humanos, com sentimentos e limites – os quais me deparei ao longo dos dois anos e cinco meses em que

estive num campo institucional, que depois se revelou como rico campo de pesquisa, cheio de desafios, muito aprendido, e que culmina neste artigo.

CONCLUSÃO

O trabalho de campo é apontado como elemento primordial para uma boa etnografia. Inúmeros são os trabalhos que referendam essa metodologia como característica básica da observação participante. Segundo James Clifford (2002), o método da observação participante, embora “questionado em muitos lugares, esse método continua representando o principal traço distintivo da antropologia profissional” (CLIFFORD, 2002, p. 33).

Porém, apesar da “autoridade experiencial” (CLIFFORD, 2002) que emerge desse método, é preciso considerar que o campo nos traz muitos elementos intangíveis que nos fazem colocar em cheque nossa própria noção de cultura, como preconizou Roy Wagner (2012).

Entender o trabalho de campo como espaço para construção de hipóteses limita bastante a compreensão de que ele está permeado por sentimentos e limites pessoais que envolvem elementos cognitivos e subjetivos culturalmente localizados, mas que devem ser levados em consideração. Portanto, considero a importância em assumir esses elementos como forma de tornar o campo mais possível, talvez até mais humano, já que não depende somente de alguém que esteja tão desconstruído culturalmente; ao contrário, depende de alguém que esteja disposto a ressignificar o outro e as suas próprias concepções culturais.

Nesse artigo, pretendi trazer, à luz de algumas notas de bordo quando da minha atuação num ambiente institucional não acadêmico, as tensões, os romantismos, frustrações e inseguranças que inauguraram e marcaram minha trajetória como pretensa antropóloga, numa curiosa inversão da carreira profissional à carreira acadêmica, como forma de compartilhar os desafios os quais enfrentei enquanto profissional das Ciências Sociais.

REFERÊNCIAS

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. 370 p

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Os Indígenas no Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2012. 31p. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: mar.2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**: Olhar, ouvir e escrever. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v.39 n.1, 1996.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica**, 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

FREITAS, Camilla Iumatti. Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e a questão indígena: Desafios e Perspectivas. **R@U – Revista de Antropologia da UFSCAR**, v.5, n.1, jan-jun., p. 160-170, 2013.

LOBO, Andrea. Precisa-se de uma antropóloga! Vivenciando o fazer antropológico entre a academia e a sociedade civil. **Novos Debates** - Fórum de debates em Antropologia, v. 2, pp. 115-126, 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: _____. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Malanésia. Coleção “Os Pensadores”. Malinowski. Abril Cultural, São Paulo, 1978, pp. 17-34.

MORAIS, Bruno, **Bang, Bang, Pow, Pow – Faroeste e futebol em terra Guarani-Kaiowá**, 2014. Disponível em < <https://diplomatie.org.br/bang-bang-pow-pow-faroeste-e-futebol-em-terra-guarani-kaiowa/>> acesso em 28 de maio de 2014.

MURA, Fábio. **À procura do “bom viver”**: território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. Tese – UFRJ – Museu Nacional – PPGAS, 2006. p. 102 – 139.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Gláucia (org.). 2008. **Antropologia extramuros** – novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos. Brasília: Paralelo 15.

REGO, André Gondim do. **O Trabalho do Antropólogo no Ministério Público Federal e outras considerações sobre a articulação entre o Direito e a Antropologia**. 2007. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5517/1/2007-Andr%c3%a9%20Gondim%20do%20Rego.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SILVA, Alexandra Barbosa. **Mais além da “aldeia”** – território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Tese. UFRJ, Museu Nacional – PPGAS, 2007. p. 66 – 85.

WAGNER, Roy. A presunção da cultura. In: _____. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ed. Cosac & Naify, 2012, p. 37-68.